



ISSN: 2595-1661

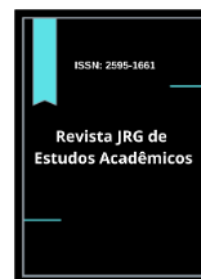
ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](https://portal.periodicos.capes.gov.br/)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



Sustentabilidade escolar e inclusão de crianças neurodivergentes

School sustainability and inclusion of neurodivergent children

DOI: 10.55892/jrg.v8i19.2605

ARK: 57118/JRG.v8i19.2605

Recebido: 25/10/2025 | Aceito: 29/10/2025 | Publicado on-line: 30/10/2025

Nederjane Delmondes Coelho de Oliveira¹

<https://orcid.org/0009-0003-4136-5903>

<http://lattes.cnpq.br/6966272637183909>

Universidade Federal do Vale do São Francisco, UNIVASF, Brasil.

E-mail: nederjane.oliveira@discente.univasf.edu.br

Paulo Roberto Ramos²

<https://orcid.org/0000-0003-3684-0960>

<http://lattes.cnpq.br/7189593734234445>

Universidade Federal do Vale do São Francisco, UNIVASF, Brasil.

E-mail: paulo.ramos@univasf.edu.br



Resumo

Este estudo analisa a relação entre sustentabilidade escolar e inclusão de crianças neurodivergentes, buscando compreender de que modo práticas socioambientais podem favorecer ambientes educacionais mais equitativos. O objetivo foi sintetizar evidências sobre hortas pedagógicas, projetos de reciclagem e iniciativas de energia renovável como estratégias que, além de promoverem consciência ambiental, podem ampliar engajamento, participação e autorregulação de estudantes com diferentes perfis neurocognitivos. A fundamentação teórica articula perspectivas de educação sustentável, neurodiversidade e Design Universal para Aprendizagem (UDL). Metodologicamente, realizou-se uma revisão integrativa da literatura em bases científicas nacionais e internacionais, com critérios sistemáticos de seleção e análise. Os resultados sugerem que práticas de sustentabilidade escolar podem contribuir para o desenvolvimento socioemocional e para a redução de barreiras de participação, embora as evidências disponíveis ainda sejam heterogêneas. Conclui-se que a integração entre sustentabilidade e inclusão constitui uma abordagem promissora, cuja efetividade depende de formação docente específica, planejamento pedagógico e políticas de suporte institucional.

Palavras-chave: Sustentabilidade escolar; Inclusão escolar; Neurodivergência; Hortas escolares; Universal Design for Learning (UDL); TDAH; TEA.

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido (PPGDDeS) da Universidade Federal do Vale do São Francisco-PE, Brasil

² Graduação em Ciências Sociais, com área de concentração em Ciência Política. Mestrado e Doutorado em Sociologia, na linha de Sociologia do Desenvolvimento, pela Universidade Federal da Paraíba. Especialização em Epidemiologia e Vigilância em Saúde, Especialização em Gestão de Políticas Públicas e Sociais e Especialização em Nutrição e Saúde, pela Faculdade do Iguaçu (PR). Bacharelado em Nutrição pela Universidade de Pernambuco. Pós-doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado da Bahia.

Abstract

This study examines the relationship between school sustainability and the inclusion of neurodivergent children, seeking to understand how socio-environmental practices can foster more equitable educational environments. The aim was to synthesize evidence on school gardens, recycling projects, and renewable energy initiatives as strategies that, in addition to promoting environmental awareness, may enhance engagement, participation, and self-regulation among students with different neurocognitive profiles. The theoretical framework articulates perspectives from sustainable education, neurodiversity, and Universal Design for Learning (UDL). Methodologically, an integrative literature review was conducted across national and international academic databases, using systematic selection and analysis criteria. The findings suggest that school sustainability practices may contribute to socio-emotional development and to the reduction of participation barriers, although the available evidence remains heterogeneous. It is concluded that the integration between sustainability and inclusion is a promising approach, whose effectiveness depends on specific teacher training, intentional pedagogical planning, and supportive institutional policies.

Keywords: School sustainability; Inclusive education; Neurodivergence; School gardens; Universal Design for Learning (UDL); ADHD; Autism.

1. Introdução

A crescente valorização das práticas sustentáveis no espaço escolar tem se consolidado como uma resposta às demandas globais expressas pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, que orienta sociedades na busca por modelos de desenvolvimento mais equilibrados e justos (Abdo, 2023; Bernardi Zorzo *et al.*, 2022).

No contexto educacional, a sustentabilidade transcende a dimensão ambiental e alcança aspectos sociais e pedagógicos, evidenciando a escola como um espaço estratégico para a formação de cidadãos capazes de compreender e atuar frente aos desafios contemporâneos.

Compreende-se aqui a sustentabilidade escolar não apenas como gestão ecológica dos recursos, mas como um modelo de convivência que valoriza a diversidade humana e a aprendizagem equitativa, em consonância com os princípios da inclusão e da neurodiversidade. Assim, tornar a escola sustentável implica promover relações de cuidado, corresponsabilidade e respeito às singularidades, o que envolve tanto o ambiente físico quanto as interações pedagógicas.

Ao lado dessa perspectiva, emerge a necessidade de repensar a inclusão de estudantes neurodivergentes, cuja participação plena no ambiente escolar depende da criação de práticas educacionais sensíveis às diferenças cognitivas e comportamentais (BRASIL, 2021).

A relevância científica e social do tema reside na interseção entre duas agendas prioritárias: de um lado, a promoção da sustentabilidade enquanto eixo estruturante da cidadania e da inovação educacional (MEC, 2025); de outro, a efetivação de políticas inclusivas que assegurem equidade de oportunidades para crianças neurodivergentes, especialmente aquelas com dislexia, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e outros transtornos de aprendizagem.

A literatura aponta que o engajamento em práticas socioambientais favorece não apenas a consciência ecológica, mas também o desenvolvimento de habilidades sociais, cognitivas e emocionais relevantes para estudantes com diferentes perfis de aprendizagem (Becker, 1993; Gadotti, 2009).

Nesse sentido, a sustentabilidade escolar pode se constituir como uma plataforma pedagógica capaz de estimular cooperação, autonomia, regulação emocional e protagonismo, dimensões essenciais para a inclusão de crianças neurodivergentes.

Entretanto, apesar do avanço das discussões sobre sustentabilidade na escola (Frigotto, 2009; Morin, 2002) e inclusão educacional como direito e princípio (Lei nº 14.254/2021), observa-se ainda uma lacuna no exame da sinergia entre esses campos.

Há escassez de investigações que analisem, de modo articulado, como práticas sustentáveis podem contribuir diretamente para promover ambientes inclusivos e favorecer o desenvolvimento integral de estudantes neurodivergentes.

Nesse sentido, destaca-se a importância de compreender de que forma iniciativas como hortas escolares, projetos de reciclagem, espaços verdes, metodologias colaborativas e uso de energias renováveis podem atuar como dispositivos pedagógicos inclusivos, articulando consciência socioambiental e engajamento de estudantes com diferentes necessidades.

Assim, formula-se a seguinte questão de pesquisa: de que modo as práticas escolares de sustentabilidade contribuem para a inclusão e o desenvolvimento integral de crianças neurodivergentes?

Como objetivo geral, busca-se analisar a literatura disponível acerca das interfaces entre sustentabilidade escolar e inclusão de estudantes neurodivergentes, identificando evidências que sustentem a integração dessas práticas em projetos pedagógicos inclusivos.

Além disso, assume-se como justificativa central que, apesar do crescente interesse por práticas sustentáveis no ambiente escolar, há escassez de estudos que explorem suas interfaces com a inclusão de crianças neurodivergentes, especialmente na educação básica brasileira.

Este artigo, portanto, pretende evidenciar como iniciativas de sustentabilidade podem fortalecer culturas escolares mais colaborativas, equitativas e acolhedoras.

2.Revisão de Literatura

2.1 Sustentabilidade no espaço escolar

As discussões sobre sustentabilidade na educação, inicialmente vinculadas aos debates sobre desenvolvimento e justiça social, ampliaram-se para compreender a escola como protagonista na promoção de práticas socialmente responsáveis. Daly (1996) e Sen (2000) afirmam que o desenvolvimento humano envolve dimensões sociais, culturais e educativas, superando o foco econômico. No Brasil, políticas públicas recentes reforçam essa perspectiva ao integrar os princípios da Agenda 2030 aos programas educacionais (BRASIL, 2023).

Práticas como hortas escolares, projetos de reciclagem e uso de energias renováveis não se restringem à preservação ambiental, mas funcionam como estratégias pedagógicas que estimulam a cidadania e a colaboração (Gadotti, 2009; Frigotto, 2009). Assim, a sustentabilidade assume caráter formativo, contribuindo para uma cultura escolar orientada pela responsabilidade coletiva e pelo respeito à diversidade.

Dessa forma, após discutir as bases conceituais da sustentabilidade escolar, passa-se a examinar como essas práticas se relacionam à inclusão de alunos neurodivergentes.

2.2 Neurodivergência e inclusão educacional

A noção de neurodivergência abrange condições como TDAH, dislexia, TEA e outros modos singulares de funcionamento neurológico. Estudos demonstram que estudantes neurodivergentes enfrentam barreiras pedagógicas, sociais e institucionais (Day, 2022; Mo *et al.*, 2022), demandando ambientes que valorizem diferentes formas de aprender. No Brasil, a Lei nº 14.254/2021 e o Projeto de Lei nº 5.499/2023 consolidam avanços normativos para o acompanhamento integral desses estudantes (BRASIL, 2023).

No contexto escolar, isso implica transformar o planejamento pedagógico, a gestão e as relações humanas, reconhecendo a diversidade como elemento de inovação e não de exceção. A inclusão, portanto, requer práticas sustentáveis também nas dimensões emocionais e comunitárias, promovendo bem-estar e pertencimento.

2.3 Convergências entre sustentabilidade e inclusão

A literatura recente evidencia que práticas socioambientais fortalecem a inclusão ao ampliar a interação e a regulação emocional de crianças neurodivergentes. Nguyen e Walters (2024) destacam os efeitos positivos do contato com a natureza sobre atenção e memória de trabalho. Kelly *et al.* (2025) observam que playgrounds sustentáveis e inclusivos estimulam a cooperação e o engajamento. Ronksley-Pavia *et al.* (2025) acrescentam que tecnologias verdes e inteligência artificial podem apoiar a personalização de estratégias pedagógicas.

Nessa perspectiva, a sustentabilidade e a inclusão não são dimensões paralelas, mas interdependentes. Projetos ambientais podem servir de mediação para práticas inclusivas, aproximando os estudantes por meio da ação coletiva e do aprendizado experiencial.

2.4 Correntes teóricas da educação e sustentabilidade

A sustentabilidade escolar dialoga com correntes críticas de educação. Morin (2002) propõe uma abordagem que integre saberes e supere a fragmentação. Kuenzer (2007) e Frigotto (2009) reforçam o papel social da escola na transformação das realidades humanas. Quando associada à inclusão de crianças neurodivergentes, essa perspectiva amplia o compromisso institucional com a justiça social e a equidade. Em síntese, a escola sustentável e inclusiva é um espaço de reconstrução ética, onde se aprende a conviver com a diferença e a agir coletivamente pela preservação da vida em todas as suas formas.

2.5 Evidências e lacunas identificadas na literatura

As revisões indicam que práticas socioambientais favorecem a aprendizagem e a autorregulação emocional (Nguyen; Walters, 2024). Contudo, as evidências aparecem fragmentadas, sem um quadro teórico integrado que relacione sustentabilidade e neurodivergência (Fonseca; Prata, 2022; Oliveira, 2024).

Essa lacuna justifica o presente estudo, ao propor uma análise articulada das contribuições da sustentabilidade escolar para a inclusão de crianças neurodivergentes.

Limitações e Perspectivas Futuras

Embora este estudo tenha buscado abranger uma ampla gama de bases de dados e perspectivas teóricas, reconhece-se a limitação quanto ao número reduzido de estudos empíricos disponíveis que tratam simultaneamente de sustentabilidade escolar e neurodivergência.

Recomenda-se que pesquisas futuras adotem metodologias de campo, estudos comparativos e intervenções pedagógicas, a fim de verificar empiricamente os efeitos dessas práticas no processo de inclusão.

Também seria relevante ampliar o diálogo interdisciplinar entre Educação, Psicologia e Ciências Ambientais, possibilitando novos desenhos de pesquisa que avaliem como os princípios de sustentabilidade podem ser operacionalizados em contextos inclusivos reais.

3. Metodologia

A investigação foi conduzida por meio de uma revisão integrativa da literatura, visando identificar de que modo práticas escolares de sustentabilidade têm sido relacionadas à inclusão de crianças neurodivergentes. Não houve pesquisa de campo, coleta de dados observacionais ou interação direta com participantes humanos.

3.1 Bases de dados e período de busca

As buscas foram realizadas entre 10 e 20 de agosto de 2025 nas seguintes bases: Scopus, Web of Science, ScienceDirect, SciELO e Google Scholar. A escolha considerou a relevância dessas bases para as áreas de educação, sustentabilidade e neurodiversidade.

3.2 Estratégias de busca

Foram utilizados descritores combinados com operadores booleanos:

- “sustentabilidade escolar” AND “educação inclusiva” AND “neurodivergência”
- “school sustainability” AND “inclusive education” AND “neurodivergent children”
- “educational sustainability” AND “neurodiversity” AND “inclusive practices”

As expressões foram adaptadas às bases pesquisadas.

3.3 Processo PRISMA

O processo de seleção seguiu as quatro etapas do PRISMA 2020.

Etapa	Quantidade
Registros identificados inicialmente	69
Registros após remoção de duplicatas	62
Títulos e resumos examinados	62
Textos lidos na íntegra	34
Estudos incluídos na análise final	27

Descrição: Dos 69 estudos inicialmente localizados, 7 foram removidos por duplicidade, resultando em 62 registros para triagem por título e resumo. Desses, 28 foram excluídos por não apresentarem relação direta com o tema. Restaram 34 textos para leitura integral, dos quais 27 atenderam aos critérios de inclusão e compuseram o corpus final analisado.

3.4 Critérios de inclusão e exclusão

Inclusão:

- Publicações entre 2000 e 2025.
- Revisadas por pares e disponíveis em texto completo.
- Relação explícita entre sustentabilidade escolar e inclusão / neurodivergência.
- Estudos teóricos ou empíricos sobre práticas pedagógicas, não administrativas.

Exclusão:

- Materiais institucionais sem análise pedagógica.
- Trabalhos exclusivamente sobre gestão ambiental sem relação com aprendizagem.
- Documentos sem revisão por pares.

3.5 Procedimento de seleção

A triagem foi realizada por dois avaliadores independentes, com divergências resolvidas por consenso. As informações dos estudos selecionados foram organizadas em uma matriz de extração.

3.6 Avaliação da qualidade metodológica

A qualidade dos estudos foi analisada com base no checklist CASP, considerando:

- clareza dos objetivos;
- coerência metodológica;
- validade das conclusões;
- aplicabilidade educativa.

3.7 Método de Síntese

Os dados foram integrados por análise temática, agrupando os achados em três eixos:

1. Práticas de sustentabilidade na escola;
2. Inclusão e neurodiversidade;
3. Pontos de convergência entre sustentabilidade e inclusão.

4. Resultados e Discussão

A análise dos estudos selecionados revelou que práticas de sustentabilidade implementadas no ambiente escolar podem funcionar como instrumentos inclusivos capazes de favorecer a participação e o desenvolvimento de crianças neurodivergentes.

Os resultados foram sistematizados em dois quadros: o primeiro sintetiza evidências relacionadas a práticas socioambientais; o segundo apresenta contribuições voltadas às estratégias de inclusão para estudantes neurodivergentes.

Quadro 1 – Evidências sobre práticas socioambientais escolares

Dimensão analisada	Evidências identificadas	Referências
Hortas escolares	Melhora na atenção, concentração e regulação emocional; estímulo motor e social por meio do contato com a natureza	Nguyen; Walters (2024)
Reciclagem e reaproveitamento	Desenvolvimento do senso de pertencimento,	Fonseca; Prata (2022); Oliveira (2024)

	cooperação entre pares e responsabilidade coletiva	
Energia limpa e tecnologia	Promoção da curiosidade, pensamento crítico e resolução de problemas; articulação entre inovação e cidadania ambiental	Daly (1996); MEC (2025)
Cultura escolar sustentável	Fortalecimento de valores de cidadania e ampliação da consciência socioambiental no currículo escolar	Gadotti (2009); ONU (2015)

Fonte: Elaboração própria a partir da literatura analisada.

Após a sistematização apresentada no Quadro 1, observa-se que diferentes iniciativas socioambientais assumem funções pedagógicas e formativas que ultrapassam o campo ecológico. As hortas, por exemplo, não apenas aproximam os estudantes da natureza, mas também contribuem para a construção de rotinas de cuidado e para o fortalecimento de habilidades de autorregulação.

Os projetos de reciclagem favorecem a cooperação entre pares e estimulam práticas colaborativas no cotidiano escolar, ampliando o senso de comunidade. Já as atividades relacionadas à energia limpa e ao uso de tecnologias possibilitam a vivência de experiências inovadoras, associando a aprendizagem científica ao exercício da cidadania ambiental.

A incorporação desses elementos no currículo escolar fortalece a ideia de que a sustentabilidade, quando pensada em sua dimensão educativa, atua como alicerce para a formação de valores, atitudes e comportamentos que beneficiam a todos os estudantes, incluindo aqueles com perfis neurodivergentes.

Quadro 2 – Evidências sobre inclusão de crianças neurodivergentes

Aspecto da inclusão	Evidências identificadas	Referências
Espaços pedagógicos adaptados	Playgrounds co-desenhados ampliam engajamento e participação de crianças neurodivergentes	Kelly <i>et al.</i> (2025)
Políticas e legislações	Programas de acompanhamento para dislexia e TDAH (Lei nº 14.254/2021); proposição da Política Nacional de Proteção às Pessoas Neurodivergentes (PL 5.499/2023)	Brasil (2021; 2023)

Barreiras institucionais	Neurodivergentes enfrentam desafios em sistemas educacionais e de justiça, marcados por processos de exclusão	Day (2022)
Diversidade e identidade	A diversidade de gênero entre crianças neurodivergentes revela diferenças dimensionais que não se explicam apenas por diagnósticos categóricos	Mo <i>et al.</i> (2022)
Tecnologias de apoio	Inteligência artificial aplicada à educação apoia personalização do ensino e monitora estratégias inclusivas	Ronksley-Pavia <i>et al.</i> (2025); Tejasvi; Kumar (2024)

Fonte: Elaboração própria a partir da literatura analisada.

Discussão

Os resultados evidenciam que práticas socioambientais, quando integradas ao cotidiano escolar, geram benefícios que extrapolam o campo ambiental, favorecendo também a inclusão e o desenvolvimento integral de crianças neurodivergentes. Hortas, reciclagem e projetos de energia renovável oferecem experiências concretas que estimulam aspectos cognitivos, motores e socioemocionais, corroborando a ideia de que a sustentabilidade pode se consolidar como estratégia pedagógica interdisciplinar (Nguyen; Walters, 2024; Fonseca; Prata, 2022).

Do ponto de vista normativo, marcos recentes como a Lei nº 14.254/2021 e o Projeto de Lei nº 5.499/2023 revelam avanços significativos, mas ainda insuficientes diante dos desafios institucionais relatados por Day (2022), que aponta persistentes barreiras à plena inclusão.

Nesse sentido, iniciativas de co-design de espaços escolares, como defendem Kelly *et al.* (2025), tornam-se fundamentais para alinhar políticas públicas às práticas pedagógicas.

As evidências também indicam que a associação entre sustentabilidade e inclusão ganha força quando articulada ao uso de tecnologias de apoio.

Pesquisas recentes sugerem que a inteligência artificial pode ampliar a capacidade da escola em personalizar estratégias de ensino e apoiar a regulação emocional de estudantes neurodivergentes (Ronksley-Pavia *et al.*, 2025; Tejasvi; Kumar, 2024).

Essa convergência reforça a necessidade de um olhar sistêmico, como propõem Morin (2002) e Gadotti (2009), em que a educação sustentável não apenas promove consciência ecológica, mas também viabiliza ambientes inclusivos, equitativos e inovadores.

5.Considerações Finais

A literatura revisada indica que práticas de sustentabilidade escolar: como hortas pedagógicas, projetos de reciclagem e iniciativas tecnológicas sustentáveis, têm potencial para favorecer a participação, o engajamento cooperativo e aspectos da autorregulação emocional de crianças neurodivergentes, particularmente quando articuladas a propostas pedagógicas intencionais e acessíveis.

No entanto, as evidências disponíveis são heterogêneas e, em grande parte, derivadas de estudos qualitativos, estudos de caso ou investigações com amostras restritas, o que limita a generalização dos resultados e impede conclusões causais. Do ponto de vista teórico, este estudo contribui ao reforçar a compreensão de que sustentabilidade e inclusão não constituem agendas paralelas, mas dimensões interdependentes da vida escolar, em consonância com perspectivas que concebem a educação como prática de justiça social e produção coletiva de sentido (Morin, 2002; SEN, 2000; Gadotti, 2009).

A articulação entre esses campos permite reconhecer a escola como espaço de convivência ética, cuidado mútuo e valorização da diversidade neurocognitiva. Entretanto, permanece a necessidade de fortalecer o lastro empírico do tema. Estudos futuros podem avançar ao empregar desenhos metodológicos controlados, tais como: Recomenda-se que estudos futuros adotem:

- Investigações pré e pós-intervenção com grupo controle;
 - Estudos de casos múltiplos em diferentes redes de ensino;
 - Uso de medidas padronizadas de atenção, participação e regulação emocional;
- de modo a avaliar com maior precisão os efeitos das práticas sustentáveis na inclusão de estudantes neurodivergentes

No âmbito das práticas pedagógicas, recomenda-se:

- a) formação docente específica que integre princípios do Design Universal para Aprendizagem (UDL) às práticas socioambientais;
- b) co-design de atividades e espaços educativos envolvendo professores, famílias e estudantes neurodivergentes, garantindo responsividade às necessidades reais;
- c) financiamento e acompanhamento de projetos-piloto com avaliação externa, assegurando monitoramento e aprimoramento contínuo.

Conclui-se, assim, que a sustentabilidade escolar pode constituir uma estratégia promissora de inclusão, desde que implementada com planejamento pedagógico, avaliação sistemática e participação colaborativa da comunidade escolar. Essas ações favorecem a construção de contextos educativos mais equitativos, sensíveis às diferenças e comprometidos com o desenvolvimento integral de todas as crianças.

Referências

ABDO, A. *Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas: como conciliar os objetivos de desenvolvimento sustentável com as operações de serviços hospitalares?* 2023. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br>. Acesso em: 23 set. 2025.

BECKER, Gary S. *Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. 3. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1993. (Obra original publicada em 1964.)

BERNARDI ZORZO, F.; LAZZARI, F.; SEVERO, E. A.; GUIMARÃES, J. C. F. Desenvolvimento Sustentável e Agenda 2030: uma análise dos indicadores brasileiros. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, v. 19, n. 2, p. 160–182, 2022. DOI: 10.25112/rgd.v19i2.3114.

BRASIL. Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021. Dispõe sobre programa de acompanhamento integral para educandos com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 nov. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14254.htm. Acesso em: 4 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 642, de 16 de setembro de 2025. Institui o Programa Educação para a Cidadania e para a Sustentabilidade. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.lex.com.br/portaria-mec-no-642-de-16-de-setembro-de-2025>. Acesso em: 4 out. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 5.499, de 2023. Institui a Política Nacional de Proteção às Pessoas Neurodivergentes. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2367051. Acesso em: 4 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Seminário 11 – A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: <https://acervodigital.mec.gov.br>. Acesso em: 23 set. 2025.

CORRÊA, P. P. D. C. A absorção da Agenda 2030 pelo judiciário brasileiro. *Revista Judicial Brasileira*, 2021. Disponível em: <https://revistadaenfam.emnuvens.com.br>. Acesso em: 23 set. 2025.

DALY, Herman E. *Beyond growth: the economics of sustainable development*. Boston: Beacon Press, 1996.

DAY, A.-M. Disabling and criminalising systems? *Forensic Science International: Mind and Law*, v. 3, 2022, p. 100102. DOI: 10.1016/j.fsimpl.2022.100102.

FONSECA, I. C. M.; PRATA, A. R. Desenvolvimento sustentável, governação local algorítmica e cidades de proximidade. 2022. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt>. Acesso em: 23 set. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GADOTTI, Moacir. *Educação e sustentabilidade: um novo paradigma educacional*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

KELLY, S. et al. Let's Play: Co-designing inclusive school playgrounds with neurodivergent children. *International Journal of Educational Research Open*, v. 9, p. 100494, 2025. DOI: 10.1016/j.ijedro.2025.100494.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Educação profissional: uma perspectiva histórico-crítica*. São Paulo: Cortez, 2007.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2002.

MO, K. et al. Gender diversity in neurodivergent children and adolescents. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, v. 61, n. 10, Supl., p. S263–S264, 2022. DOI: 10.1016/j.jaac.2022.09.388.

NARDONE, J. P. A assimilação dos ODS pelos municípios brasileiros. *Cadernos*, 2023. Disponível em: <https://tce.sp.gov.br>. Acesso em: 23 set. 2025.

NGUYEN, L.; WALTERS, J. Benefits of nature exposure on cognitive functioning in children. *Journal of Environmental Psychology*, v. 96, 2024, p. 102336. DOI: 10.1016/j.jenvp.2024.102336.

OLIVEIRA, L. D. A. A Agenda 2030 sob o olhar das periferias. *Geografares*, 2024. Disponível em: <https://journals.openedition.org>. Acesso em: 23 set. 2025.

PINHEIRO, A. B. et al. Agenda 2030: alinhamento dos projetos estratégicos dos tribunais de justiça. *Revista de Gestão e Projetos (GeP)*, v. 13, n. 2, p. 171–194, 2022. DOI: 10.5585/gep.v13i2.21500.

RONKSLEY-PAVIA, M. et al. Generative AI for supporting neurodivergent students. *Computers and Education: Artificial Intelligence*, v. 9, 2025, p. 100437. DOI: 10.1016/j.caeai.2025.100437.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, D. P. da; GERALDO, G.; et al. Aproximação das bibliotecas comunitárias com os ODS. *Tendências da Pesquisa*, 2021. Disponível em: <https://revistas.ancib.org>. Acesso em: 23 set. 2025.

TEJASVI, P.; KUMAR, T. A Smart System Facilitating Emotional Regulation in Neurodivergent Children. *Procedia Computer Science*, v. 235, p. 3257–3270, 2024. DOI: 10.1016/j.procs.2024.04.308.

UNESCO. *Reimaginando nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação*. Paris: UNESCO, 2020.

ONU. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: ONU, 2015.